



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo

"30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA"
São Cristóvão, 28, 29 e 30 de Agosto de 2013.



TRAJETÓRIAS DO PRONAF EM SERGIPE: Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais

Diana Mendonça De Carvalho

Doutoranda em Geografia, pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo/UFS) e
Membro do Grupo de Pesquisa Sobre Transformações do Mundo Rural.
dianamendoncadecarvalho@yahoo.com.br

José Eloízio da Costa

Orientador pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo/UFS)
Membro do Grupo de Pesquisa Sobre Transformações do Mundo Rural
oiziolecosta@yahoo.com.br

O Brasil, historicamente, é um país que privilegiou o aumento da produção agrícola no campo. Prova disso é a reconhecida prioridade do Governo em conceder crédito à agricultura patronal. Tal contexto se articula, na atualidade, a incorporação de tecnologias e a competitividade mercadológica, através do agronegócio. Por isso, o agronegócio tem sempre prioridade, pois é dentro da ideia de produção e produtividade que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) trabalha para manter elevados *commodities* e superávits comerciais.

Desta feita, o interesse pela agricultura familiar ganhou destaque apenas na década de 1990, em função da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e das reivindicações dos movimentos sociais que contribuíram para o revigoramento da Reforma Agrária. Além disso, esse termo ganha sustentação nas formulações conceituais de agências multilaterais, como Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (IICA) e Banco Mundial.

O modelo de desenvolvimento da agricultura proferido por tais entidades prioriza a família e sua relação entre trabalho e gestão de modo sustentável, pois busca equilibrar as dimensões econômicas, sociais, ambientais e de desenvolvimento. Essa agricultura de base familiar apresenta ênfase na diferenciação produtiva, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida do agricultor.

A implementação do PRONAF (1995/1996) representou o rompimento com o paradigma do capitalismo agrário que se consubstanciava na grande propriedade, geradora de

riquezas e de produtos voltados à exportação. Nesse viés, o programa garantiu aos agricultores familiares (categoria social que até então sobrevivia sem favorecimento do Estado) acesso às políticas de geração de renda e de trabalho, representadas nas políticas de crédito à produção, à infraestrutura produtiva, à habitação, à saúde, à educação e à capacitação. E assim, buscou definir um padrão de desenvolvimento que refletisse satisfação e bem estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais, de forma a produzir um novo modelo agrícola nacional.

Destarte, seu grande desafio é promover o crescimento econômico local e sustentável, através da viabilização e fortalecimento das atividades rurais promovidas pelos agricultores familiares. Estudos demarcam que em menos de 10 anos, o Pronaf se transformou em alternativa concreta para diversos segmentos da agricultura familiar brasileira. A evolução do programa nas últimas safras agrícolas esteve fortemente atrelada à disponibilidade de crédito em diferentes modalidades (Mattei, 2005).

Neste contexto, o referido trabalho de tese analisará as mudanças ocorridas no espaço rural sergipano a partir da implementação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Tal análise adentra discussões sobre o desenvolvimento rural no contexto das políticas públicas de desenvolvimento espacial e territorial; da categoria social – Agricultor Familiar; e das especificidades do PRONAF como promotor de mudanças espaciais, através da integração de tecnologias no processo produtivo e na intensificação de ingresso aos mercados comerciais por parte dos agricultores familiares beneficiados com o programa.

A análise do referido tema se torna importante para os estudos geográficos em decorrência da possibilidade de mudanças no espaço rural sergipano, vez que a agricultura familiar está assentada em 90% das propriedades agrícolas do Estado (IBGE, 2006), sendo alvo da ação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A isso soma-se a reorganização desse espaço rural, já evidenciada em dados secundários, como: 1-A permanência e crescimento da população rural em 7% (Censo Demográfico, IBGE, 2000 e 2010); 2- Crescimento do número de domicílios rurais em 20% (Censo Demográfico, IBGE, 2000 e 2010); 3-Aumento do número de estabelecimentos rurais em 1,72% (Censo Agropecuário, 1995 e 2006); 4-Crescimento nas áreas de lavouras em 224,7% (Censo Agropecuário, 1995 e 2006); 5- O rebanho bovino apresentou crescimento do seu efetivo, entre 1995 e 2006, em 1,58% (Censo Agropecuário, 1995 e 2006), etc.

Para desenvolver a temática se toma como referência alguns indicadores definidos pelo Programa de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), lançados em 1991, não na sua escala aritmética, mas na condição

perceptiva do agricultor familiar sobre desenvolvimento do meio rural. Esses indicadores tomam como foco: população (Densidade, Variação, Estrutura, Domicílios e Comunidades) e migração; bem estar social e equidade (Renda, Habitação, Educação, Saúde e Segurança); estrutura e desempenho econômico (Força de trabalho, Emprego, Participações setoriais, Produtividade e Investimentos); meio ambiente e sustentabilidade (Topografia e clima, Mudanças no uso da terra, Espécies e habitats, Água e solo). Para tanto ainda, considera-se a importância do espaço e suas transformações dentro da ciência geográfica, assim como da noção territorial no sentido de delimitação do espaço rural.

Por esse contexto, o desenvolvimento quase sempre refletiu a perspectiva de crescimento econômico. Contudo, nas últimas décadas esse termo ganhou novas adequações e para se considerar um espaço desenvolvido incorpora, além da economia, aspectos sociais e de qualidade de vida da população residente. Assim, o desenvolvimento rural abrange dimensões espaciais, ocupacionais e setoriais. E na atualidade, o enfoque do desenvolvimento é reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos e famílias, orientando suas ações em relação à dependência que mantinham com agentes externos, ampliando a autonomia nos processos decisórios e no fortalecimento de ações e estratégias.

Enquanto, o agricultor familiar é uma classe que se naturalizou no Brasil, por seu caráter político-ideológico, nascido de visões políticas, sindicais e religiosas. Esse termo encontrou consolidação institucional juntamente ao Estado, enquanto provedor de políticas públicas, e na produção acadêmica, que tratou de conhecimentos sobre sua realidade social. A expressão está integrada ao sistema capitalista, haja vista, a modificação da natureza social da agricultura, que tornou esses atores em pequenos produtores de mercadorias e que por consequência, passaram a se sujeitar a um processo de diferenciação de classe. Por tal conjuntura, os pequenos agricultores passam a serem denominados por um novo padrão societário, isto é, “[...] pequena burguesia rural, classe médias rurais, agricultores familiares, farmers, pequenos agricultores, colonos, entre outras possibilidades que procuram nomear empiricamente esses agrupamentos sociais” (NAVARRO, 2011, p.141). Essa categoria estaria assim integrada ao mercado de modo completo e incompleto.

O Pronaf representa uma forma de “corrigir falhas de mercado”, a partir da geração de emprego e renda no campo, inibida pela falta de infraestrutura ao trabalho do agricultor e pela dificuldade de acesso ao setor bancário (ABRAMOVAY e VEIGA, 1999). Além disso,

O crédito constitui um importante instrumento para a capitalização dos agricultores familiares e a ampliação de seu acesso a ativos de natureza diversa, frente à limitação de recursos internos que enfrentam devido à

insuficiência de meios de produção (como o tamanho da área disponível e a quantidade e a qualidade dos recursos) (SCHRODER, 2012, p. 253).

O Programa tem passado por seguidos aperfeiçoamentos visando apoiar o agricultor familiar, ao diminuir progressivamente os juros; ao criar o seguro agrícola (garantia-safra e Proagro Mais), o seguro de preços da agricultura familiar; ao articular o crédito a outras políticas, como: garantia de compra, Programa Fome Zero e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); ao estruturar uma política de assistência técnica; ao criar linhas de financiamento específicas, como PRONAF Mulher e Pronaf Jovem; e ao promover desenvolvimento de ações no sentido de inserir o agricultor familiar na lógica de mercado. Tanto por isso, que o Pronaf ganhou destaque nacional, estando presente em quase todos os municípios brasileiros.

Por conseguinte, a agricultura familiar e o Pronaf são resultados de um contexto histórico de defesa a pequena produção em meio à globalização e a liberalização progressiva dos mercados agrícolas mundiais, que resultaram na modernização da agricultura, na intensificação da monocultura e no aumento das exportações de grãos. Tal contexto acarretou significativos desequilíbrios na estrutura da terra e no ecossistema, especialmente em países periféricos. Esse aspecto mostra a necessidade de políticas agrícolas para o fortalecimento da agricultura familiar, face às condições sócio-econômicas e segurança alimentar. Por isso, define-se a importância da integração governamental, via políticas públicas com características sociais, econômicas, tecnológico-produtivas e adicionais, como elementos eficazes para a promoção do desenvolvimento rural de algumas regiões brasileiras, à exemplo do nordeste do país.

Referências

- MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: Análise de Indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural (NEAD – Estudos), 2005. Disponível em <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=319>>. Acesso em 27 de junho de 2010.
- NAVARRO, Z. & Macedo Pedroso, M. T. **Agricultura Familiar: É preciso mudar para avançar**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.
- SCHRODER, M. Políticas Públicas e Agricultura Familiar no Brasil: Inovações institucionais a partir do Pronaf. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A. & DAMASCENO, W. S. (Orgs.). **Experiências dos Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.
- ABRAMOVAY, R. e VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: O caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. IPEA, 1999.
- Eixo: Análise Agrária